

**DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2008 – STC  
Processo nº 017.000.250/2008

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O **DISTRITO FEDERAL**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - STC**, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 12º Andar, Praça do Buriti, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por Carlos Higino Ribeiro de Alencar, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 90002043543 – SSP/CE, inscrito no CPF sob nº 171.399.578-60, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, doravante denominada CONTRATADA, com sede na Rua João Bettega, nº 5.200, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ nº 81.243.735/0001-48, representada neste ato por Ivanhoé Lapuente Garrido, portador da Carteira de Identidade nº 586.880, inscrito no CPF sob o nº 150.765.631-91, na qualidade de Procurador, resolvem aditar o Contrato nº 007/2008, celebrado em 20.05.2008, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 97, de 23.05.2008.

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a denominação social da CONTRATANTE de Corregedoria-Geral do Distrito Federal – CGDF para Secretaria de Estado de Transparência e Controle - STC, em razão do que dispõe o Decreto nº 32.716, de 1.1.2011, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal Edição Especial, de 1/1/2011, permanecendo inalterado o número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

**Cláusula Terceira – Do Prazo de Vigência**

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.

**Cláusula Quarta – Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

**Cláusula Quinta – Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.



**CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR**  
Secretário de Estado



**IVANHOÉ LAPUENTE GARRIDO**  
Procurador